

POR UM MODELO TAXIONÔMICO DA MODALIZAÇÃO DO FAZER

FOR A TAXONOMIC MODEL OF THE MODALIZATION OF DOING

Demócrito de Oliveira LINS¹

Waldir BEIVIDAS²

Resumo: A semiótica propôs um esquema narrativo canônico segmentado em três grandes nichos: semiótica da manipulação, semiótica da ação e semiótica da sanção. Os estudos e as análises em cada um destes nichos têm avançado muito, embora Greimas desejasse que, paralelamente a estes, uma teoria que assimilasse estudos consoantes entre lógicos e semioticistas pudesse enfim surgir: uma teoria da *competência*. Considerando que toda performance pressupõe uma competência do sujeito de fazer, o presente trabalho procura responder à seguinte questão: quais as possibilidades de articulação da estrutura modal do sujeito de fazer em relação a um ato performável? Para tal, nos fundamentamos nas propostas de Barros (2005), Bertrand (2003), Fiorin (2000), Greimas e Courtés (2008) e Greimas (2014 [1980]), revisitamos os conceitos de modalidade, modalização, fazer, performance, competência e, finalmente, propomos um modelo *taxionômico* tanto para a modalização do fazer quanto para a competência modal do sujeito de fazer, assim como para o ato, entendido como execução, ou seja, a performance em sua dimensão pragmática. Observamos que, havendo-se produzido um ato, haveria, no mínimo, três possibilidades de organização da estrutura modal da competência pragmática do sujeito, o que nos conduziria a três tipos de atos: coercitivos, voluntários e involuntários.

Palavras-chave: Semiótica da competência. Taxionomia. Modalização do fazer.

Abstract: Semiotics proposed a canonical narrative scheme segmented into three major niches: semiotics of manipulation, semiotics of action and semiotics of sanction. Studies and analyzes in each of these niches have advanced a lot, although Greimas

1 Doutorando em Linguística pelo DINTER USP/UESPI, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP; Universidade Estadual do Piauí, Teresina/PI. E-mail: democritolins@usp.br

2 Professor Livre Docente, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. E-mail: waldirbevidas@usp.br

wanted that, parallel to these, a theory that assimilated consonant studies between logicians and semioticians could finally emerge: a theory of competence. Considering that every performance presupposes a competence of the subject of doing, the present work seeks to answer the following question: what are the articulation possibilities of the modal structure of the subject of doing in relation to a performable act? For this, we base ourselves on the proposals of Barros (2005), Bertrand (2003), Fiorin (2000), Greimas and Courtés (2008) and Greimas (2014 [1980]), we revisit the concepts of modality, modalization, doing, performance, competence, and finally, we propose a taxonomic model both for the modalization of doing and for the modal competence of the subject to doing, as well as for the act, understood as execution, that is, performance in its pragmatic dimension. We observed that, having produced an act, there would be at least three possibilities for organizing the modal structure of the subject's pragmatic competence, which would lead us to three types of acts: coercive, voluntary and involuntary.

Keywords: Semiotics of competence. Taxonomy. Modalization of doing.

| Introdução

Uma teoria do discurso precisa de uma teoria forte das modalidades, pois a modalidade é inerente ao ato de dizer e, portanto, um elemento indispensável para a compreensão da discursivização. (FIORIN, 2000, p. 191).

Este trabalho visa colaborar com os estudos sobre as modalizações envolvidas nos conceitos de competência e de performance da semiótica discursiva greimasiana. Desnecessário lembrar a importância que o universo das modalizações desempenhou e continua a fazê-lo nos avanços descritivos da teoria. Elas determinam o estatuto da competência e existência modais do sujeito, a depender de como se apresenta seu fazer e o objeto perante ele; determinam o estatuto e a tipologia dos modos da manipulação, a depender de como se apresenta a competência do Destinatário perante a do Destinator; determinam os modos epistêmico e/ou veridictório de acionamento da sanção pelo Destinator, a depender de como julga as performances ocorridas; determinam também todas as configurações passionais envolvidas nas relações (intersubjetivas) entre Destinator e Destinatário, bem como nas relações (objetais) do sujeito com os valores assumidos dos objetos, em busca dos quais move seus programas narrativos.

Dado histórico a ser recuperado: em sua segunda visita ao Brasil, em 1975, Greimas ministrou um curso, intitulado "Recherches Sémiotico-littéraires" (Pesquisas semiótico-literárias), no qual apresentou praticamente suas reflexões da análise grandiosa do livro *Maupassant. La sémiotique du texte: exercices pratiques* (*Maupassant. A semiótica do texto: exercícios práticos*), na iminência de ser publicado (1976). Tais reflexões e análise se serviram do que também desenvolvia para o artigo fundamental e pioneiro, intitulado "Pour une théorie des modalités" ("Por uma teoria das modalidades"), publicado no número 43 da prestigiosa revista *Langages* (1976a). Este, por sua vez, já prefigurava o

igualmente fundamental artigo que o complementaria: “De la modalisation de l'être” (“Sobre a modalização do ser”) (1979), publicado originalmente para o *Bulletin* n. 9, do grupo parisiense de semiótica sob sua direção. Ambos os artigos foram coletados posteriormente, em 1983, em *Sobre o Sentido II. Ensaio Semiótico* (2014). Textos capitais davam consistência à primeira “ruptura radical entre dois estados de coisas”, tal como Greimas interpretou o ordinal II desse livro (p. 17): a passagem de um esquema narrativo canônico – que já estruturara com elegância teórica as 31 funções de Propp – para o dispositivo de uma sintaxe modal, autônoma, agora livre da “ganga das funções propianas” (p. 21).

Por ocasião dessa visita ao Brasil, Greimas se empenhava fortemente em aconselhar que os estudantes e ouvintes do curso formassem grupos de estudos para estudar todas e cada uma das modalidades que então estava em desenvolvimento (querer/dever/poder/saber-FAZER/SER). Este dado histórico, conquanto modesto, já basta para indicar a importância que ele atribuía aos desenvolvimentos modais que a sintaxe narrativa pôde obter na sequência dos estudos semióticos. Ora, podemos garantir que os desenvolvimentos posteriores foram conclusivos e suficientes?

“Quem toca as modalidades logo se apercebe de que é levado mais longe do que pensava” diz, com razão, Zilberberg em seu “Essais sur les modalités tensives” (“Ensaio sobre as modalidades tensivas”) (1981, p. 32), de modo que o presente texto, ora submetido à leitura crítica dos semioticistas, retoma o universo das modalidades, no que tange diretamente ao conceito de performance, ainda que como pequena ilustração do acerto dessa observação de Zilberberg e também daquela de Fiorin, à epígrafe. Ao final deste pequeno ensaio, nós, como esperamos acontecer com os leitores, sentimos que sempre se pode levar mais adiante a extração da complexidade envolvida nesse segmento modal da teoria semiótica.

Rever e refletir sobre as modalizações, sobre a performance, como aqui nos propusemos, nada mais é do que levar a sério o que o próprio Greimas admitia sobre sua teoria, no colóquio em sua homenagem, em Cerisy, em 1983: “há ‘caixas pretas’ um pouco por toda parte” (In ARRIVÉ; COQUET, 1987, p. 310). Numa disciplina com vocação científica, é imperativo admitir que ainda as restam, e talvez sempre as restarão. Cabe-nos então ficar permanentemente vigilantes frente “às próprias lacunas e falhas, a fim de preenchê-las, retificá-las” como ele, junto com Fontanille, nos alerta, na abertura de *Semiótica das Paixões*, qual seja, fazer avançar a teoria “às arrecuas” (GREIMAS, 1993, p. 9).

A semiótica propôs um esquema narrativo canônico segmentado em três grandes nichos: semiótica da manipulação, semiótica da ação e semiótica da sanção. Os estudos e as análises em cada um destes nichos têm avançado muito; no entanto, Greimas desejava que, paralelamente a estes, uma teoria que assimilasse estudos consoantes entre lógicos e semioticistas pudesse enfim surgir: uma teoria da *competência*.

Vê-se, por exemplo, que uma *teoria da performance* que englobe tanto o fazer factitivo quanto o fazer transitivo poderia se desenvolver em duas componentes: uma *teoria da manipulação* e uma *teoria da ação*. Seria bom também se uma teoria paralela, a da competência, que se integrasse tanto quanto possível às pesquisas convergentes dos lógicos e dos Semiotistas, possa, enfim, se constituir. (GREIMAS, 2014 [1980], p. 88).

Manipulando-nos, a aspiração de Greimas nos inspirou a retomar algumas questões relativas à competência a fim de contribuir para a construção ou desenvolvimento do que seria uma semiótica da competência. Além disso, duas outras motivações nos conduziram a produzir este trabalho: em primeiro lugar, em um grupo de pesquisa sobre semiótica do qual participamos, indagou-se sobre se o sujeito competente teria que necessariamente adquirir todas as competências (*dever, querer, saber e poder-fazer*) ou se haveria a possibilidade de ele adquirir somente algumas delas (*querer e saber-fazer; poder e dever-fazer etc.*) (LIMA, 2022). Instalou-se o debate e apareceram partidários de ambas as alternativas. Em segundo lugar, motivou-nos, também, a reflexão de Greimas acerca de “que percurso se adota para chegar, a partir da instância gerativa *ab quo*, do ponto zero, até a instância do *ad quem*, até a realização do ato, até a performance?” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 92). A partir destas reflexões, pelo menos três conceitos básicos estão em jogo: modalização, sujeito e fazer. Como veremos, cada um deles convocará, inevitavelmente, outros conceitos.

1 Modalização e modalidade

Em primeiro lugar, recordemos que modalização se define como qualquer modificação de um predicado por outro predicado; ou melhor, a modalização é concebida como uma modificação do predicado pelo sujeito (GREIMAS, 2014 [1980], p. 86). Lembremos, também, que

Três séries de modalizações – que distribuem a massa modal nas quatro modalidades, querer, dever, poder, saber – podem ser concebidas do seguinte modo: modalizações do enunciado (em que a distribuição é feita pela mediação do predicado, constitutivo do enunciado), modalizações do sujeito de fazer e, por fim, modalizações do objeto (que repercutem sobre o sujeito de estado). (GREIMAS, 2014 [1980], p. 21).

Este trabalho se circunscreve nas modalizações do fazer (ou enunciado de fazer), o que, intrinsecamente, o liga às modalizações do sujeito do fazer, uma vez que a modalização do fazer incide inevitavelmente sobre o sujeito do fazer. Numa tentativa de sermos mais precisos, considerando que as duas formas de enunciados elementares (enunciados de fazer e os enunciados de estado) são suscetíveis de se encontrarem na situação sintática de enunciados descritivos, ou na situação hiperotática, de enunciados modais, podemos conceber que *a)* o fazer pode modalizar o ser; *b)* o ser pode modalizar o fazer; *c)* o ser pode modalizar o ser; e *d)* o fazer pode modalizar o fazer.

Aqui, exploraremos o item *b*): o ser modalizando o fazer, que Greimas denomina **competência pragmática** do sujeito, diferenciando-a do que seria a **competência cognitiva** que habilita o sujeito a fazer julgamentos sobre os objetos enunciados acerca do mundo, ou seja, o “ser do ser”. Em suas palavras:

Com efeito, que se trate do “ser do fazer”, da competência pragmática do sujeito disposto a agir, ou do “ser do ser”, da competência cognitiva que o habilita a fazer julgamentos sobre os objetos-enunciados a respeito do mundo, o “ser” ou o “estado” de que falamos, apresenta-nos intuitivamente, em ambos os casos, como uma *instância potencial*, em que se situa o conjunto das preliminares do fazer e do ser. (GREIMAS, 2014 [1980], p. 88).

Para o autor, a diferença entre tais modalizações não só deve ser conservada, mas há de se insistir em que a modalidade do fazer relaciona-se com um predicado que considera sua conexão com o *sujeito*. Deste modo, distingue-se modalização de modalidade. “As modalizações do fazer devem ser interpretadas como alterações do estatuto do *sujeito de fazer* e que as modalidades que o afetam constituem sua *competência modal* (GREIMAS, 2014 [1980], p. 107). Além disso, as modalidades resultam da conversão da categoria tímico-fórica fundamental, e alteram, na instância narrativa, as relações do sujeito com os valores (BARROS, 2002, p. 49). Relembremos que a modalidade pode ser concebida como “produção de um enunciado dito modal que sobredetermina um enunciado descritivo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 314). Um enunciado modal seria um enunciado que rege outro enunciado; por outro lado, um enunciado descritivo seria aquele em que vêm inscrever-se os valores descritivos.

Sem que nos pareça necessário revisitar o estatuto do sujeito de fazer e, havendo evocado os conceitos de modalização e modalidades, continuemos nossa ponderação escafandrando o conceito de *fazer*.

2 Fazer e/ou performance?

Enquanto função-predicado de tal enunciado, o fazer deve ser considerado como a conversão, numa linguagem sintática de caráter antropomorfo, da relação de transformação. Considerando a modalidade, como já expresso, um predicado que rege e modifica outro predicado, é inevitável que reconheçamos o caráter modal do fazer, isto é, seja ele um fazer operatório (fazer-ser) ou manipulatório (fazer-fazer), o fazer surge como um enunciado modal que rege outro enunciado (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 202). No que tange ao fazer manipulatório, para Barros (2002, p. 51):

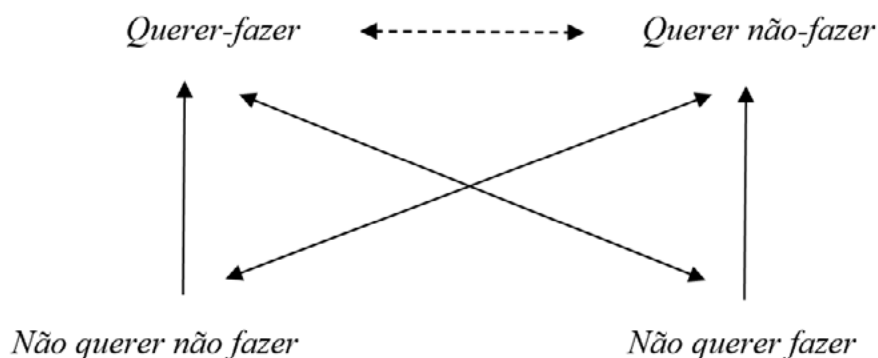
[...] a relação entre o primeiro fazer (o do manipulador) e o segundo (a *performance* do sujeito) é sempre indireta, mediatizada pela transformação da competência modal do sujeito. Pode-se dizer que, no fundo, o manipulador *faz-ser*, isto é, com sua ação, de natureza cognitiva, transforma o estado modal do sujeito do estado, transferindo-lhe, por doação, valores modais que o levam a fazer.

Do ponto de vista lógico, poderíamos inferir que o fazer manipulatório pressupõe o fazer operatório, isto é, sendo o fazer (operatório) um *fazer-ser*, poderíamos considerar o fazer manipulatório um *fazer-ser fazer-ser*. Assim, teoricamente, o aplicado ao fazer operatório seria, conseqüentemente, aplicável ao fazer manipulatório. Esclarecemos isto, porque consideraremos o fazer (no sentido lato) como *fazer-ser* (ou fazer operatório), que pode ser entendido como *performance*, identificada, em um primeiro momento, com o ato humano, ou seja, a formulação canônica de uma estrutura modal, constituída por um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 363).

Considerando-se a natureza dos valores de que se ocupam (e que estão inscritos nos enunciados de estado), distinguir-se-ão dois tipos de *performances*: as que aspiram à aquisição de valores modais (ou seja, as *performances* cujo objetivo é a aquisição da competência de um *saber-fazer*, por exemplo) e as que são caracterizadas pela aquisição ou pela produção de valores descritivos. Especificando ainda mais o conceito, a *performance* concebida como aquisição e/ou produção de valores descritos, opõe-se (e a pressupõe) à competência considerada uma sequência programada de aquisição de valores modais, ou seja, impõe-se uma dupla restrição: só falaremos de *performance* se o fazer do sujeito disser respeito a valores descritos e se o sujeito de fazer e o sujeito de estado estiverem inscritos, em sincretismo, num mesmo ator (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 363-364). É exatamente esta concepção de *performance* que estamos considerando neste trabalho.

O binarismo, entendido como postulado epistemológico segundo o qual a articulação binária dos fenômenos é uma das características do espírito humano, teve um lugar privilegiado na metodologia linguística. A binaridade, caracterizada como estrutura cuja relação constitutiva entre os termos é a da **contradição**, deixou seus resquícios na metodologia semiótica. Observemos que, ao articular os semantismos no quadrado-semiótico, o que se considera são os **contraditórios** dos termos primitivos (não os contrários). Na estrutura modal, por exemplo, “o enunciado modal, tanto quanto o enunciado regido, são suscetíveis de comportar, cada qual, seu **contraditório**” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 135, grifo nosso). Tomemos por exemplo o predicado do enunciado modal *querer* que sobredetermine e reja o enunciado (descritivo/regido) de *fazer*. O que teríamos seria um *querer* e seu contraditório *não-querer*, modalizando o *fazer* e seu contraditório, *não-fazer*. Parece-nos evidente a presença do binarismo nesta estrutura. A categorização destas estruturas (de certa forma, binárias), obtida por sua projeção no quadrado semiótico, nos permitiria produzir, neste caso, uma das duas categorias modais volitivas:

Figura 1 – Projeção no quadrado semiótico de uma das duas categorias modais volitivas



Fonte: Adaptado de Greimas e Courtés (2008, p. 406)

Embora sejam quatro os semantismos articulados (*querer fazer*, *querer não fazer*, *não querer fazer* e *não querer não fazer*) e três as relações entre eles (contrariedade, contradição e complementariedade), podemos segmentá-los em uma estrutura binária: de um lado (*querer* e seu contraditório *não querer*) e do outro lado (*fazer* e seu contraditório *não fazer*). Lembremos que a relação de contradição é estabelecida após o ato cognitivo da negação entre dois termos, de que o primeiro, posto previamente, é tornado ausente por esta operação, enquanto o segundo se torna presente. Deste modo, trata-se de uma relação de pressuposição, em que a presença de um termo pressupõe a ausência do outro e vice-versa (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 98).

Como é natural, os conceitos vão convocando-se reciprocamente. Aqui, evoca-se a oposição da categoria **presença/ausência** que surge, então, como uma possibilidade de distinguir dois modos de existência semiótica. Assim, o reconhecimento de um paradigma, por exemplo, implica – ao lado de um termo presente (*in praesentia*) na cadeia sintagmática – uma existência ausente (*in absentia*) dos outros termos constitutivos do paradigma (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 303). Com isto posto, sob nosso ponto de vista, o *fazer* é o *fazer* propriamente dito, ou seja, o *fazer in praesentia*, enquanto o *não fazer* pode ser concebido de duas formas:

1. por um lado, como contraditório de *fazer*, portanto o *fazer in absentia* (tal como projetado no quadrado semiótico, quando se articulam as estruturas modais); neste caso, o *não-fazer* não pode ser considerado um *fazer*, não é uma performance; por conseguinte, excluir-se-á, de qualquer análise semiótica que pretende evidenciar a modalização do sujeito do *fazer*, toda e qualquer estrutura modal cujo enunciado descritivo seja o *não-fazer*, ou seja: *querer não-fazer*, *não-querer não-fazer*, *dever não-fazer*, *não-dever não-fazer*, *poder não-fazer*, *não-poder não-fazer*, *saber não-fazer*, *não-saber não-fazer*.
2. por outro lado, como o contrário de *fazer*, implicado (por meio de uma relação de complementariedade) a partir do contraditório de *fazer*. Este segundo *não fazer*,

sendo o contrário de fazer e, por tanto, pertencendo ao mesmo eixo semântico deste (do fazer), poderá ser considerado uma *performance*, ou seja, um *fazer*. Neste caso, o *não fazer* (como contrário de *fazer*, não como contraditório de *fazer*) é um *fazer*, é uma *performance*. Desta maneira, considerar-se-ão as dezesseis³ possíveis articulações das estruturas modais.

Em suma, quando falarmos de *fazer*, estamos referindo-nos a uma *performance* entendida como uma execução⁴. Assim, consideraremos o *não fazer* (contrário de *fazer*) como um *fazer*, como uma *performance*. Vejamos:

Quadro 1 – O fazer como enunciado descritivo

FAZER (como enunciado descritivo / performance)	
Fazer	Não fazer

Fonte: Elaboração própria

Desta maneira, o *fazer*, como já expresso, entendido aqui como uma *performance* (uma execução), poderá corresponder ao *fazer* ou ao seu contrário (*não fazer*), mas não a seu contraditório. Assim, uma *performance* poderá ser analisada de duas formas: como *fazer* ou como *não fazer* (contrário de *fazer*). Correremos o risco de incorrer em eventuais imprecisões e convocaremos, aqui, um exemplo da língua natural: “o presidente será julgado por não possibilitar o acesso à vacina no momento preciso”. Havendo-se identificado uma sanção pragmática (“será julgado”), esta, sendo entendida como juízo sobre o *fazer* (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 426), parece-nos evidente que só se pode sancionar pragmaticamente aquilo que foi feito, aquilo que foi realizado, ou seja, uma *performance*. Este raciocínio nos obriga a admitir o **não possibilitar** (*não fazer*) como uma *performance*.

Um outro exemplo, quiçá, elucida a questão: por um lado, na construção “eu disse a verdade”, claro está que **disse** (dizer) é uma *performance*, é um *fazer*. Por outro lado, em “eu não disse a verdade”, **não disse** (não dizer), segundo nosso ponto de vista, é, também, uma *performance*, é um *fazer*, se concebido como o contrário de *dizer*, não como seu contraditório; a partir deste (de seu contraditório), por meio da relação de complementariedade, poderíamos ter acesso ao contrário de **dizer**, e talvez

3 Querer fazer, querer não fazer, não querer fazer, não querer não fazer, dever fazer, dever não fazer, não dever fazer, não dever não fazer, poder fazer, poder não fazer, não poder fazer, não poder não fazer, saber fazer, saber não fazer, não saber fazer, não saber não fazer.

4 Quando a *performance*, interpretada como estrutura modal do fazer, se situa na dimensão pragmática, denomina-se **execução** por oposição à decisão, na qual a *performance* se localiza na dimensão cognitiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 194, grifo nosso).

impropriamente chegaríamos a denominações do tipo “omitir”, “encobrir”, “esconder”, “silenciar”, “ocultar”, etc. Com isto, poderíamos concluir que “eu não disse a verdade” implicaria (por meio de uma relação de complementariedade) em “eu omiti a verdade” (por exemplo), apesar de todas as perdas/alterações semânticas que acarreta esta relação de complementariedade.

Pode parecer que o uso de poucos exemplos (frases isoladas) e as explicações neste ensaio caminhem na direção de limitar o alcance da compreensão do *não fazer* como *performance* e, portanto, parecer que o tratamento que se dá à questão relacione esse *não fazer* a um tipo bem circunscrito de performances, que envolveriam omissão, insubordinação, rebeldia ou algo do gênero. No entanto, os exemplos com frases isoladas são apenas um recurso que possibilita ilustrar nosso pensamento, e com isto, porém, não pretendemos circunscrever o *não fazer* somente às performances aludidas (omissão, insubordinação, rebeldia ou algo do gênero), mas estendê-lo, de fato, a qualquer não fazer, ou melhor, aos contrários de quaisquer fazeres.

Reconhecemos que performances dessa natureza nos levariam necessariamente (ou mais explicitamente) à questão da relação contratual entre destinador e sujeito (Resiste-se aos valores do destinador? Eles são recusados? Em proveito de quê? A que outros contratos isso leva?) e à da estrutura polêmica da narrativa (Adere-se a valores de um antidestinador? Age-se como antissujeito, realizando-se um contraprograma?). O próprio Greimas (2014 [1980]) dá uma direção interessante ao problema da competência pragmática ao relacionar i) combinações de modalidades virtualizantes, ii) possibilidade de aceitação ou recusa de contrato pelo sujeito na sua relação com o destinador e iii) uma tipologia de sujeitos pragmáticos (que podem ser marcados pela obediência, resistência, inação, disposição etc.). No entanto, faz-se importante destacar que não consideraremos tais inquirições neste ensaio devido a que elas convocariam inevitavelmente relações intersubjetivas, sobretudo o nicho da manipulação no esquema narrativo canônico, e, com isto, o presente trabalho provavelmente tomaria outros rumos e sua extensão se dilataria em demasia. Por conseguinte, decidimos nos deter exclusivamente à semiótica da *performance*, embora legitimemos a importância de sua conexão com o percurso da manipulação. Quiçá um trabalho cujo formato permita um maior alcance (uma dissertação ou uma tese, por exemplo) possa dar conta das oportunas objeções supracitadas.

Finalmente, ressaltamos que será analisada a *performance*, o *fazer*, seja ele o *fazer* propriamente dito ou seu contrário, *não fazer*. Devido a que nossa intenção é propor um modelo taxionômico da estrutura modal do enunciado de fazer (ou da *performance*), como uma operação *ad hoc*, denominaremos *fazer* e seu contrário (*não fazer*) simplesmente como *fazer* (ou *performance*). Deste modo, o que é aplicado ao *não fazer* será aplicado a seu contrário, *fazer*. Como para nós o *não-fazer* (como contraditório do fazer) não é uma performance, não será considerado aqui, embora reconheçamos a possibilidade de que seja abordado em outro trabalho, a partir de outro ponto de vista.

3 Modalização do fazer

Para Greimas e Courtés (2008, p. 202), “conforme as duas dimensões da narratividade (e das atividades que ela, supõe-se, descreve e organiza), a dimensão pragmática e a dimensão cognitiva, distinguir-se-ão duas espécies de fazer: o fazer *pragmático* e o fazer *cognitivo*”. É nessa acepção que se distingue sujeito pragmático e sujeito cognitivo, *performances* e competências pragmáticas e cognitivas.

Considerando o fazer como uma atividade cognitiva, para os autores, “o saber-fazer aparece como aquilo que torna possível essa atividade, como uma *competência cognitiva*” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 425). Nesse sentido, o *saber* seria o **modal cognitivo** por natureza. Por outro lado, opondo as duas dimensões narrativas supracitadas, parece-nos oportuno (e não tão absurdo) denominar o *poder* como um **modal pragmático**⁵. A aquisição das modalidades atualizantes (*saber-fazer* e/ou *poder-fazer*) corresponde à prova qualificante, figura discursiva ligada ao esquema narrativo e situada na dimensão pragmática (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 405). Ambas as modalidades são indispensáveis para a realização do fazer: em primeiro lugar, “...**para ‘fazer’ é preciso, primeiro, ‘poder fazer’**” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 107, grifo nosso); em segundo lugar, “em relação à performance que é um fazer produtor de enunciados, a competência é um saber-fazer, é esse ‘algo’ que torna possível o fazer.” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 75). Em outras palavras, para que algo seja feito (fazer) é necessário (dever) que seu sujeito (sujeito do fazer) não só saiba fazer (*saber-fazer*), mas também possa fazer (*poder-fazer*). Salientamos a obrigatoriedade da relação copulativa/aditiva entre os modais *saber* e *poder* para a realização do *fazer* (performance). Em outras palavras, o sujeito só realiza a performance (*faz-ser*) se ele pode e sabe fazer. Com isto teríamos:

5 Consideramos, neste trabalho, o modal “poder” apenas no sentido de capacidade, energia, e não no sentido de “autorização”.

Quadro 2 – Competência modal *atualizante* do sujeito do fazer

FAZER					
Fazer					
Competência modal do Sujeito do fazer				Classificação da modalização do enunciado de fazer	Classificação do sujeito de fazer (segundo sua competência modal)
Modal pragmático	Relação entre os modais	Modal cognitivo			
Poder (fazer)	e	Saber (fazer)	=	(Fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Poder (fazer)	e	Não saber (fazer)		(Fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não poder (fazer)	e	Saber (fazer)		(Fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não poder (fazer)	e	Não saber (fazer)		(Fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não Fazer					
Competência modal do Sujeito do fazer				Classificação da modalização do enunciado de fazer	Classificação do sujeito de fazer (segundo sua competência modal)
Modal pragmático	Relação entre os modais	Modal cognitivo			
Poder (não fazer)	e	Saber (não fazer)	=	(Não fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Poder (não fazer)	e	Não saber (não fazer)		(Não fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não poder (não fazer)	e	Saber (não fazer)		(Não fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não poder (não fazer)	e	Não saber (não fazer)		(Não fazer) NÃO PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE

Fonte: Elaboração própria

A partir deste quadro, algumas observações merecem atenção: em primeiro lugar, no que tange à modalização do fazer, decidimos pela categoria *performável/não-performável* por relacioná-la à *performance*; por outro lado, se quiséssemos relacioná-la à *competência*, considerando o modal realizante *fazer*, poder-se-ia designá-la como *realizável/não-realizável*. No entanto, em seguida veremos o motivo que nos levou a preferir a primeira opção.

Em segundo lugar, enquanto ao sujeito do fazer, consideramos que “a organização sintagmática das modalidades pode conduzir à elaboração de uma tipologia dos sujeitos” (BERTRAND, 2003, p. 178); assim, de modo similar à nossa proposta taxionômica para modalização do fazer, decidimos pela categoria *performante/não-performante* por associá-la à *performance*. O termo *performante*, embora não utilizado com frequência em semiótica, aparece pelo menos duas vezes no *Dicionário*:

1. “A análise dos discursos narrativos faz com que nos deparemos, a todo instante, nas suas dimensões pragmática e cognitiva, com “sujeitos *performantes*” (quer dizer, realizando seqüências de comportamentos programados) que, para agir, precisam possuir ou adquirir antes a competência necessária: ...” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 76, grifo nosso). A propósito, é exatamente esta **competência necessária** que pretendemos explicitar neste trabalho.
2. “Acontece, por exemplo, que D1 representa, na dimensão pragmática, o papel de Destinador ativo e “*performante*” (capaz de comunicar os constituintes da competência modal) no quadro da dêixis positiva, ...” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 133, grifo nosso).

Em contrapartida, não optamos pela categoria sujeito *realizante/não-realizante* para que não houvesse confusões com as modalidades *realizantes* (fazer e ser). Com isso, sob o princípio da uniformidade, se optássemos por sujeito *realizante/sujeito não-realizante* deveríamos falar de fazer *realizável/fazer não-realizável*; desta maneira, ao não optar pela categoria sujeito *realizante/sujeito não-realizante*, sobretudo para evitar a confusão já mencionada (para que não houvesse confusões com as modalidades *realizantes* (fazer e ser)), não optamos, também, pela categoria fazer *realizável/não-realizável*.

Ademais, decidimos não utilizar a categoria sujeito *competente/sujeito não-competente* (tal como expresso na primeira indagação que nos motivou a escrever este trabalho (ver a introdução deste trabalho) porque somos conscientes de que o sujeito modalizado pelo contraditório de um dos modais atualizantes (*não-poder* ou *não-saber*) ou ambos (*não-poder* e *não-saber*) é, sim, um sujeito *competente*, no sentido *stricto sensu*, uma vez que está competencializado; o que acontece aqui é que sua competência modal não permite a realização do *fazer* (*performance*). Estaríamos falando, portanto, de sujeito *competente*, mas *não-performante*. É por isso que “o fato de o *sujeito competente* ser diferente do *sujeito performante*, não faz deles dois sujeitos diferentes, pois são apenas duas instâncias de um único e mesmo actante.” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 65).

Como visto, a modalização do enunciado de fazer está intrinsecamente ligada à competência de seu sujeito (de fazer). Consideremos a alusão de Fiorin (2000, p. 176, grifo nosso) de que, no caso em que o sujeito de estado, por exemplo, quer entrar em conjunção com um dado objeto, este, o objeto, é **desejável** para o sujeito, enquanto ele (o sujeito) é um sujeito **desejante**; com isto, segundo nossa proposta, se temos um enunciado de fazer *performável*, seguramente seu sujeito (de fazer) será *performante*;

se, por outro lado, estamos diante de um fazer *não-performável*, pressupõe-se que seu sujeito é *não-performante*; as recíprocas são verdadeiras em ambos casos.

Finalmente, quanto às modalidades atualizantes, a articulação destes modais no eixo dos subcontrários impede a realização do fazer, ou seja, produzem um fazer *não-performável*. Deste modo, o fazer só será *performável* se o sujeito performante estiver *exclusivamente* competencializado pelo *poder* (fazer) e *saber* (fazer). Ressaltamos tal exclusividade porque nos parece que o mesmo não ocorre com os modais *virtualizantes*. Vejamos:

Quadro 3 – Competência modal *virtualizante* do sujeito do fazer

FAZER					
Fazer					
Competência modal do Sujeito do fazer			=	Classificação da modalização do enunciado de fazer	Classificação do sujeito de fazer (segundo sua competência modal)
Querer (fazer)	e	Dever (fazer)		(Fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Querer (fazer)	e	Não dever (fazer)		(Fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Não querer (fazer)	e	Dever (fazer)		(Fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Não querer (fazer)	e	Não dever (fazer)		(Fazer) NÃO-PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE
Não-fazer					
Competência modal do Sujeito do fazer			=	Classificação da modalização do enunciado de fazer	Classificação do sujeito de fazer (segundo sua competência modal)
Querer (não-fazer)	e	Dever (não-fazer)		(Não-fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Querer (não-fazer)	e	Não dever (não-fazer)		(Não-fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Não querer (não-fazer)	e	Dever (não-fazer)		(Não-fazer) PERFORMÁVEL	PERFORMANTE
Não querer (não-fazer)	e	Não dever (não-fazer)		(Fazer) NÃO-PERFORMÁVEL	NÃO PERFORMANTE

Fonte: Elaboração própria

Nossa intuição semiótica combinada com os resultados de algumas limitadas experiências de análises semióticas, que realizamos com exemplares de textos, nos levaram a elaborar estes dois quadros. Além disso, lembremos que tanto o *dever* quanto o *querer* parecem constituir uma espécie de preliminar, ou seja, as condições mínimas de um fazer e, portanto, apresentam-se como uma etapa que virtualiza um enunciado de fazer (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 134).

No que concerne ao quadro proposto, em primeiro lugar, diferentemente dos modais atualizantes, somente a combinação gerada a partir da relação conjuntiva/aditiva (“e”) dos modais virtualizantes no eixo dos subcontrários produzirá um fazer *não-performável*. Deste modo, o fazer será *performável* se o sujeito (performante) estiver competencializado com pelo menos um dos modais virtualizantes primitivos (*querer* (fazer) ou *dever*(fazer)) ou ambos (*querer* (fazer) e *dever* (fazer)). As estruturas modais do *dever-fazer* e do *querer-fazer* comportam várias afinidades semânticas, não só pelo fato de serem modalidades virtualizantes. Tanto é que alguns estudiosos

[...] se interrogam frequentemente a fim de saberem se não é possível – e oportuno – reduzi-las a uma única estrutura modal virtualizante. A dificuldade prende-se à escolha que será preciso operar então, quer para reduzir o *dever-fazer* ao *querer-fazer*, quer vice-versa. Os representantes da tendência psicologizante inclinar-se-ão a ver no *dever-fazer* do sujeito um *querer* (transferido) do Destinador; os que defendem a lógica interpretarão antes o *querer-fazer* como um *dever* autodestinado. Enquanto se espera um reexame global do campo das modalidades, é sem dúvida preferível deixar as coisas como estão. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 135-136).

Corroborando as proposições dos pesquisadores, proporíamos inicial e provisoriamente agrupar as modalidades virtualizantes no que seria uma estrutura modal tímica. A afirmação de Barros (2005, p. 49) de que “as paixões simples decorrem da modalização pelo *querer-ser*” sintetizaria a nossa extensa argumentação em favor da nomenclatura proposta: tímica. Há de se observar, primeiramente, a aparente evidência da relação semântica entre *timia* e paixão: por um lado, *timia*, do grego *thymós*, aproxima-se ao português “disposição afetiva fundamental” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 505); por outro lado, paixão, ou *πάθος*, transliterado ao português como *pathós*, aproxima-se a “sofrimento, paixão, afeto”. Sendo as paixões simples resultantes da modalização pelo *querer-ser* (conforme Barros (2005, p. 49)) e tendo as paixões relação com a *timia*, parecer-nos-ia lógico associar o modal virtual *querer* ao âmbito tímico (ou se preferirmos, ao âmbito patêmico). Sem que hajamos perdido a lucidez, explicitamos nossa consciência de que o *querer-ser* é uma modalidade da competência cognitiva (ser do ser); no entanto, cremos possível transpor a ideia à competência pragmática (ser do fazer).

Nesta mesma linha, mas concernente às modalidades atualizantes, não nos parece delirante imaginar a possibilidade de que a modalidade do *saber*, na verdade, equivale a um **poder cognitivo**. É como se o *saber* estivesse subordinado ao *poder*; tanto é que,

em língua natural, é possível que se diga “eu não **sei** fazer, por isso, eu não **posso** fazer”; no entanto, o inverso/contrário nos parece estranho: “eu não **posso** fazer, por isso, eu não **sei** fazer”. Agrupar-se-ia, então, os dois modais atualizantes (*poder* e *saber*) em uma única estrutura modal atualizante (“dinâmica⁶”), e, teríamos, portanto, um **poder pragmático** (*poder*) e um **poder cognitivo** (*saber*). Com isto, o *poder* referido por Greimas em sua máxima de que “[...] para ‘fazer’ é preciso, primeiro, ‘poder fazer’” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 107), engloba os modais que fariam parte desta estrutura modal atualizante “dinâmica” (o *poder* e o *saber*). Por conseguinte, nossa hipótese de que “para que um ato⁷ seja realizado, o sujeito de fazer responsável deve estar competencializado pelos quatro modais”, faria todo sentido.

Se consideramos o programa narrativo como *fazer-ser* do sujeito, “como a performance deste, as modalidades – tais como a do *querer-fazer* ou a do *poder-fazer* – surgem como **condições necessárias** à realização dessa performance e constituem assim o que se poderia designar competência modal do sujeito” (GREIMAS; COURTÉS, p. 476, grifo nosso). São exatamente estas **condições necessárias** que trataremos de evidenciar a seguir.

Na teoria (ou semiótica) da sanção, alguns semioticistas propõem uma tipificação desta não em duas categorias (como a maioria), mas em três: sanção pragmática, sanção cognitiva e sanção tímica (esta última, não reconhecida pela maioria dos semioticistas). Com nossa proposta a seguir, faríamos um paralelo com esta classificação de maneira que, assim como na teoria (ou semiótica) da sanção, teríamos três categorias, na teoria (ou semiótica) da competência teríamos, também, três categorias:

Quadro 4 – Categorização das modalidades

	Modalidades virtualizantes (Modalidades tímicas)	Modalidades atualizantes (Modalidades dinâmicas)	
Competência	Modais tímicos	Modal Pragmático	Modal Cognitivo
Modalidades	Querer e Dever	Poder	Saber

Fonte: Elaboração própria

Depois de haver tentado promover um procedimento de categorização das modalizações do sujeito e do objeto, Greimas (2014 [1980], p. 92) entrevê a possibilidade de uma **taxionomia modal**. Pretendemos, talvez, ousada e presunçosamente contribuir em seu projeto.

6 No sentido etimológico do grego antigo *δυναμις*, transliterado ao português como *dunamis* ou *dynamis*, com um significado aproximado a “poder” ou “força”; é raiz das palavras “dinâmica”, “dinamite” e “dínamo”, por exemplo.

7 Entendemos ato como “uma estrutura hipotáxica que reúne a competência e a performance, sendo que esta pressupõe aquela, mas não o contrário.” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 83).

Se consideramos a competência pragmática (modalização do fazer) como uma instância potencial pressuposta pelo ato, poder-se-ia articulá-la em dois *níveis* de existência: "(a) Cada nível é caracterizado por um *modo de existência semiótico* particular; (b) os níveis mantêm entre si a *relação de pressuposição* orientada a partir da performance (que pressupõe a competência)" (GREIMAS, 2014 [1980], p. 92-93). Deste modo, do nosso ponto de vista, esta relação de pressuposição orientada, a partir da performance de que trata o autor, poderia ser explicitada da seguinte maneira: havendo-se produzido um ato, pressupõe-se uma *performance* que, por sua vez, pressupõe uma *competência*⁸, que por sua vez pressupõe uma estrutura modal que, do nosso ponto de vista (como reiteradamente já expresso), pressupõe os quatro valores modais (querer, dever, poder e saber). Assim, havendo-se produzido um ato, haveria, no mínimo, três possibilidades de organização da estrutura modal da competência pragmática do sujeito:

Quadro 5 – Proposta de organização da modalização do fazer performável

MODALIZAÇÃO VIRTUALIZANTE				MODALIZAÇÃO ATUALIZANTE			ATO
Querer	e	Não-dever	e	Poder	e	Saber	Voluntário
Não-querer	e	Dever	e	Poder	e	Saber	Involuntário
Querer	e	Dever	e	Poder	e	Saber	Coercitivo

Fonte: Elaboração própria

Concordamos plenamente com Fiorin (2000, p. 174) em que "só pode executar uma ação quem possuir pré-requisitos para isso, ou seja, de que o fazer exige condições prévias. Só pode realizar uma ação o sujeito que quer e/ou deve, sabe e pode fazer."

As denominações que propomos para o **ato** são termos provavelmente inapropriados, de caráter provisório e passíveis de crítica. **Voluntário** se justificaria pela presença do *querer* (e ausência do *dever*) na estrutura modal, enquanto **involuntário** se justificaria pela ausência do *querer* (e presença do *dever*) na estrutura modal. Finalmente, **coercitivo** baseia-se no fato de que se pode "dizer que, do ponto de vista modal, as **coerções** semióticas não dependem nem do *querer-fazer* nem do *dever-fazer* do sujeito, mas sim de um *querer-dever-ser*." (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 63, grifo nosso). Embora os autores ilustrem as coerções com a modalização do ser, parece-nos possível transpô-la para a modalização do fazer.

Como já expresso, a denominação "coercitivo" para o ato em que o sujeito operador está modalizado por um *querer-fazer* e um *dever-fazer* parece-nos contestável. Deveras, encontrar a designação consentânea para este tipo de ato é tão hermético quanto fornecer terminologia às denominações semióticas relativas às estruturas modais; as

⁸ "Vê-se, então, que todo PN de fazer pressupõe logicamente um PN modal, do mesmo modo como toda performance pressupõe a competência" (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 476-477).

denominações das lógicas deônticas e aléticas já estão relativamente consolidadas⁹ na teoria semiótica (greimasiana). Por outro lado, as denominações das lógicas que manipulam as modalidades do *saber* e do *querer*, por exemplo, ainda não foram amadurecidas; sobre as primeiras (as do *saber*) o dicionário¹⁰ não as articula em quadratura¹¹ e nem sequer faz alusão a elas; a respeito das segundas (as do *querer*), Greimas e Courtés (2008, p. 406) declaram:

[...] entretanto, enquanto as lógicas que manipulam a modalidade do dever – a deôntica e a alética – se valem de denominações já estabelecidas pelo uso, correspondentes em semiótica às diferentes posições ocupadas no mesmo quadro pelas estruturas modais de mesma natureza, uma **lógica volitiva** (ou boulêutica), se bem que previsível, ainda não está em condição de fornecer sua terminologia às denominações semióticas.

Assim sendo, por não estar em condição de fornecer uma terminologia satisfatória às denominações semióticas, ou melhor, por falta de uma designação mais congruente ao ato cujo sujeito operador esteja modalizado por um *querer-fazer* e um *dever-fazer*, por enquanto, optamos pelo termo “coercitivo”. Não obstante, elucidamos, clarificamos e esclarecemos que, caso nos seja apresentada uma proposta de denominação que nos pareça mais propícia para designar o referido ato, somos totalmente abertos e receptivos à proposição.

No recorte que fizemos para este trabalho, dedicamo-nos a esmiuçar exaustiva e estritamente o nicho da *competência* no esquema narrativo canônico, apesar de reconhecermos a fecundidade que um vínculo com a semiótica da manipulação poderia proporcionar. Desta maneira, para este trabalho (ressaltamos isto: **para este trabalho**), não interessa tanto se o *dever* (por exemplo) do sujeito operador foi adquirido por meio de um programa narrativo de apropriação ou atribuição, ou se ele foi auto-destinado, ou se ele é produto de uma manipulação por intimidação ou provocação (estas questões ficarão para outro trabalho); o que interessa aqui é que há um *dever*, e este *dever* pode combinar-se com um *não querer* e dar lugar a um ato **involuntário**, ou pode combinar-se com um *querer* e dar lugar a um ato **coercitivo** (denominação que adotamos enquanto uma designação melhor não for proposta).

À vista disso, estamos totalmente conscientes não só de que a construção de um modelo que, por interdefinição sucessiva, permitisse dar conta, subsumindo as

9 Prescrição (dever-fazer), interdição (dever não fazer), permissividade (não dever não fazer), facultatividade (não dever fazer); necessidade (dever-ser), impossibilidade (dever não ser), possibilidade (não dever não ser), contingência (não dever ser) (Adaptado de GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 135).

10 O dicionário de que tratamos é o *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2008).

11 Em quadrado semiótico.

diferentes articulações, da estrutura modal fundamental, está ainda no início (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 315), mas também que

[...] uma vez que a semiótica procura se prover de uma taxionomia e de uma tipologia das modalidades, ela deve evitar denominações muito apressadas que, sendo semanticamente motivadas, arriscam-se a ficar impregnadas de um relativismo cultural difícil de discernir. (GREIMAS, 2014 [1980], p. 91).

Parece-nos evidente que, preliminarmente à *performance*, o número de possibilidades de combinação dos valores modais que comporiam a competência modal do sujeito é bem maior. Para ser mais preciso, sendo quatro os modais (*querer*, *dever*, *poder* e *saber*) e, ao modalizar o enunciado descritivo de fazer, cada um deles sendo passível de articular-se de quatro modos¹², ao combiná-los, chegaríamos a 4⁴, ou seja, 256 possibilidades; isto, se o sujeito fosse “obrigado” a estar competencializado por cada um dos modais (independentemente de sua articulação no quadrado semiótico). Ora, previamente à *performance*, sabemos que não é assim¹³. Tanto é que

[...] o sujeito pode, por exemplo, ser dotado do *poder-fazer* sem que possua, por isso, o *querer-fazer* que deveria tê-lo precedido. Trata-se de uma dificuldade que a catálise, a explicitação dos pressupostos não pode resolver sozinha: tudo se passa como se as modalizações sucessivas que constituem a competência do sujeito não proviessem de uma única instância original, mas de várias (de vários destinadores, diríamos em termos de gramática narrativa). (GREIMAS, 2014 [1980], p. 93).

A partir da situação planteada por Greimas acima, nosso ponto de vista nos conduziria a duas possibilidades:

1. Tratar-se-ia de um *fazer não performável*, o que implica que o sujeito estaria competencializado pelo *não-querer*, *não-dever*, pelo *poder-fazer* e (*saber-fazer* ou *não-saber fazer*) e, portanto, a *performance* não foi realizada.
2. Seria um *fazer performável*, implicando um sujeito competencializado pelo *não-querer*, *dever-fazer* e *poder-fazer* e *saber-fazer*; tratar-se-ia, portanto, de um ato involuntário.

12 ([*querer-fazer* ou *querer-não-fazer* ou *não-querer-fazer* ou *não-querer-não-fazer*] e [*dever-fazer* ou *dever-não-fazer* ou *não-dever-fazer* ou *não-dever-não-fazer*] e [*poder-fazer* ou *poder-não-fazer* ou *não-poder-fazer* ou *não-poder-não-fazer*] e [*saber-fazer* ou *saber-não-fazer* ou *não-saber-fazer* ou *não-saber-não-fazer*]).

13 Considerando a possibilidade de que o sujeito possa estar competencializado com pelo menos uma modalidade, a cifra chegaria a algo do tipo $4^4 + (4^3 \times 4) + (4^2 \times 6) + 16$, ou seja, a 624 possibilidades.

Desta forma, sob nossa perspectiva, caso na hipótese de Greimas haja havido a realização de um ato, o pressuposto (catálise de que trata), portanto, é de que o sujeito do fazer estaria competencializado por um *dever-fazer* e *saber-fazer*.

Vejamus uma outra situação. Barros (2002, p. 52) analisou brevemente a seguinte fábula de Millor Fernandes:

Mas eu, galinha, fêmea da espécie, posso estar satisfeita? Não posso. Todo dia pôr ovos, todo semestre chocar ovos, criar pintos, isso é vida? Mas agora a coisa vai mudar. Pode estar certo de que vou levar uma vida de galo, livre e feliz. Há já seis meses que não choco e há uma semana que não ponho ovo. A patroa se quiser que arranje outra para esses ofícios. Comigo, não, violão! (FERNANDES, 1975, p. 23).

De acordo com a autora, Barros (2002, p. 52),

[...] o sujeito galinha *deve* botar ovos. Trata-se de *modalidade exotática*, em que o sujeito modalizador, que impõe o dever, é a patroa, e o sujeito modalizado, a galinha, e de *modalidade virtualizante*, que dá à galinha o estatuto de sujeito. O sujeito galinha *deve*, *sabe* e *pode* botar (*saber* inato, da natureza das galinhas, e *poder* recebido da patroa, que lhe assegura, com casa e comida, as condições para pôr ovos), mas *não-quer* botar. O *querer* é *modalidade virtualizante*, como o *dever*, e *modalidade endotática*: o sujeito modalizador e o modalizado estão sincretizados no mesmo ator "galinha". O sujeito não age, portanto, por existir conflito entre as modalidades virtualizantes do *querer* e do *dever-fazer*.

Algumas ponderações merecem atenção. Em primeiro lugar, na fábula há várias *performances* (fazer): pôr ovos, chocar ovos, criar pintos, mudar, levar uma vida de galo, arranjar. Conforme nossa proposta, se considerássemos *não-chocar* e *não-pôr* como os contraditórios de *chocar* e *pôr* respectivamente, *não-chocar* e *não-pôr* não seriam *performances*. Por outro lado, ao considerarmos *não chocar* e *não pôr* como os contrários de *chocar* e *pôr* respectivamente, *não chocar* e *não pôr* seriam *performances*. Deste modo, *não chocar* e *não pôr* se somam (e ampliam) o inventário de *performances* na fábula.

Em segundo lugar, a breve análise de Barros (2002) trata de duas *performances* diferentes: *botar* (botar ovos) e *não botar* (não age). Vejamus separadamente cada uma delas:

Primeiramente, sobre "o sujeito galinha *deve* botar ovos", há de se esclarecer que esta competencialização se dava antes da mudança ("Mas agora a coisa vai mudar"). Segundo, acerca de que este *dever* é imposto pela patroa (sujeito modalizador) à galinha (sujeito modalizado), há de se aclarar que, se a galinha botou ovos, pressupõe-se que houve uma manipulação (por intimidação ou provocação) que foi bem-sucedida, por isso a galinha botava ovos. Havendo realizado a *performance* (botar ovos), pressupõe-se, sob nossa concepção, que o *sujeito* galinha estava competencializado pelo *poder-fazer*

e *saber-fazer*. A autora corrobora nossa ideia: “O sujeito galinha *deve, sabe e pode* botar (*saber inato*, da natureza das galinhas, e *poder* recebido da patroa, que lhe assegura, com casa e comida, as condições para pôr ovos), mas *não-quer* botar” (BARROS, 2002, p. 52). No entanto, é imprescindível que entendamos que o *dever*, na fábula, é o valor modal do sujeito modalizado (não do sujeito modalizador), ou seja, se a galinha botou ovos (por tanto, realizou a *performance*) estando modalizado pelo *dever-fazer* e *não querer-fazer* (como expressa o texto e a análise da autora), a *performance* (ou fazer) *botar* (ovos) tratar-se-ia de um **ato involuntário**; por conseguinte, podemos afirmar que, ao realizar a *performance botar* ovos, o sujeito galinha está competencializado por *não-querer fazer, dever-fazer, poder-fazer e saber-fazer*.

Vejamos a segunda *performance*: não botar ovos. Antes de mais nada, não nos parece em vão recordar que, se consideramos o *não-fazer* como contraditório de fazer, toda a breve análise a seguir será desnecessária, uma vez que o *não-fazer* (como contraditório de *fazer*) não é um fazer, não é uma *performance*. No entanto, se levarmos em conta que o *não fazer* é o contrário de *fazer*, temos então uma *performance* (o *não fazer*), que, portanto, poderá ser analisada.

Em primeiro lugar, havendo-se realizado tal *performance*, pressupõe-se (conforme nosso prisma) que o *sujeito* deste fazer está competencializado por *poder não-fazer e saber não-fazer*, ou seja, a galinha pode não botar e sabe não botar ovos. Em segundo lugar, a narrativa, principalmente o fragmento “pode estar certo de que vou levar uma vida de galo, livre e feliz”, nos leva a admitir que o sujeito galinha *quer não fazer* (quer não botar ovos). Finalmente, parece-nos que a narrativa não explicita a modalidade do *dever* (mas que, sob nosso olhar, esta modalidade é pressuposta pela *performance*), o que nos levaria a duas possibilidades: ou a galinha *devia não chocar* ou a galinha *não devia não chocar*. No primeiro caso estaríamos diante de um **ato coercitivo**; no segundo caso, tratar-se-ia de um **ato voluntário**.

| Considerações finais

Esperamos haver alcançado nosso objetivo de contribuir para o desenvolvimento do que seria uma teoria (ou semiótica) da competência, tal como intencionava Greimas. cremos que, agora, o próximo passo é, ao se realizar análises semióticas minuciosas, que se averigüe a operacionalização e adequação da taxionomia proposta.

Assim como as modalizações do *fazer* devem ser concebidas como alterações do estatuto do sujeito do fazer e que, as modalidades que o atingem compõem sua competência modal, “[...] as modalizações do *ser* serão consideradas como modificações do estatuto do *objeto de valor*; as modalidades que afetam o objeto (ou, sobretudo, o valor de que está investido) serão ditas constitutivas da *existência modal* do sujeito de estado” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 107). Tudo parece indicar que um procedimento similar ao que realizamos neste trabalho, valeria, também, para a modalização do *ser*. No entanto, isto é tarefa para outro momento.

| Referências

- ARRIVÉ, M.; COQUET, J.-C. *Sémiotique en jeu. A partir et autour de l'œuvre d'A. J. Greimas*. Paris/Amsterdam/Philadelphia: Hadès-Benjamins, 1987.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BERTRAND, D. *Caminhos da Semiótica Literária*. São Paulo: EdUSC, 2003.
- FERNANDES, M. *Fábulas fabulosas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- FIORIN, J. L. Modalização: Da língua ao discurso. *Alfa*, São Paulo, V. 44, p. 171-192, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4204/3799>. Acesso em: 29 maio 2023.
- GREIMAS, A. J. *Maupassant. La sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: EdUSP, 2014 [1980].
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LIMA, S. [Sujeito competente]. WhatsApp: [Família GESUSP]. 07 set. 2022, 16h32m. 1 mensagem de WhatsApp.
- ZILBERBERG, C. *Essais sur les modalités tensives*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

Como citar este trabalho:

LINS, Demócrito de Oliveira; BEVIDAS, Waldir. Por um modelo taxionômico da modalização do fazer. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 128-148, jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v16i1.17724>.